



PARANÁ

COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO (COE) OAB/PR 2021 - 2023



COMISSÃO
DO PACTO GLOBAL

**DECLARAÇÃO DE APOIO
CONTÍNUO DA PRESIDENTE
DRA MARILENA WINTER**

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como uma das instituições mais ativas da sociedade civil, desempenha um papel de extrema importância na defesa da Constituição da República, na manutenção da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, na garantia dos Direitos Humanos e na promoção da Justiça Social. Reconhecida como uma das organizações de maior credibilidade perante a população brasileira, sua atuação na sociedade é de suma importância.

Em 02 de agosto de 2016, a OAB/PR, ciente de seu relevante papel social, tornou-se signatária do Pacto Global, tendo sido a primeira Seccional do país a fazer tal adesão. Desde então, assumiu o compromisso perante a ONU de engajar a advocacia e a sociedade em geral para a promoção de boas práticas socioambientais. E para tornar o compromisso público e transparente comprometeu-se, a cada dois anos, publicar os progressos por meio de relatórios denominados Comunicação de Engajamento (COE). Hoje, passados 90 anos da instituição, contando com a primeira presidente mulher na sua gestão, com grande entusiasmo e profundo significado, apresentamos o relatório 2021/2023. Este documento vai além de um simples registro de gestão; é uma narrativa que imerge nas raízes de nossa missão, que encontra seu firme alicerce em defender os direitos dos cidadãos e pavimentar o caminho para um mundo onde justiça, igualdade e dignidade não sejam meras aspirações, mas sim realidades palpáveis.

Ao longo dos últimos anos, a OAB mergulhou de cabeça na promoção dos princípios de igualdade, diversidade e justiça. Essa busca inabalável nos guiou através dos desafios e nos permitiu celebrar conquistas notáveis. Nossa atuação não é apenas uma resposta às demandas do momento; é um compromisso duradouro com os princípios globais estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, visando uma sociedade justa, equitativa e inclusiva.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU se tornaram nosso farol e nossa rota definitiva. Acreditamos profundamente que a igualdade de gênero, os direitos humanos e a inclusão são a chave para transformar esses objetivos em uma realidade tangível. Além da inclusão deste compromisso no Regimento Interno das Comissões, é fato que ele transcende palavras e se manifesta em ações concretas, na incorporação, de forma intrínseca, de valores de direitos humanos, trabalho digno, responsabilidade ambiental e combate à corrupção em cada aspecto de nossa atuação. A ética e a transparência são as bases sólidas sobre as quais construímos nossas práticas diárias.

Destacam-se, entre as ações, o lançamento de um edital público para participação de advogados e advogadas nas comissões temáticas da Seccional e a implementação do programa de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Este relatório, sobretudo, reafirma nosso compromisso contínuo com a inclusão de todas as vozes e perspectivas, garantindo que a advocacia não seja apenas um reflexo da sociedade, mas um farol de diversidade e pluralidade.

Além de representar um relato de nossa caminhada, trata-se de um convite para compartilhar deste compromisso conosco.

Convidamos cada um de vocês a explorar estas páginas como um testemunho do impacto transformador de nossa ação coletiva para realização dos nossos projetos e ações. Juntos, temos o poder de moldar realidades e de construir um futuro onde a justiça e a igualdade sejam não apenas sonhos, mas nosso legado.

Atenciosamente,

Marilena Indira Winter - Presidente da OAB Paraná.



Insti tucional

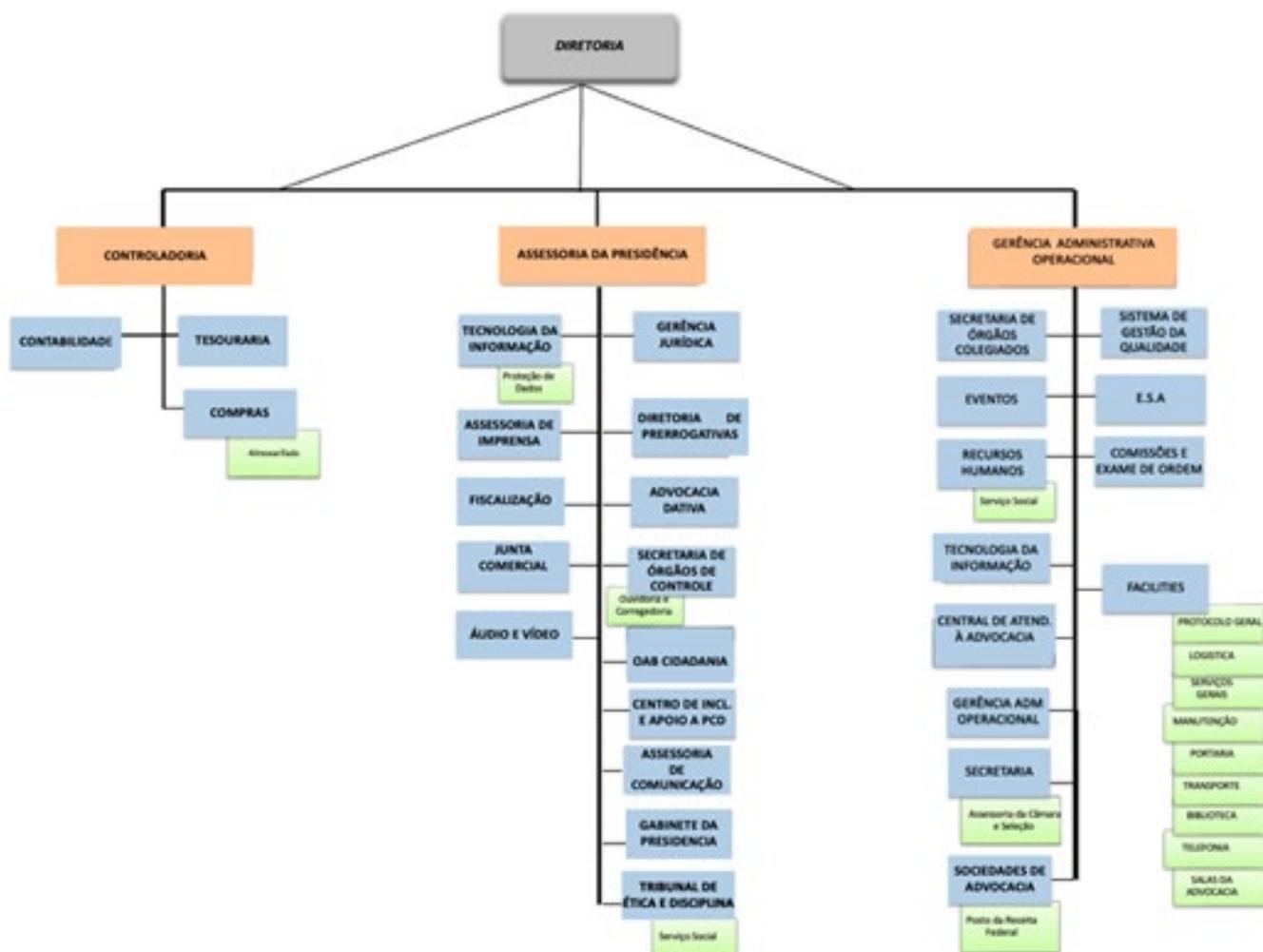
O Sistema OAB tem como referência central as Seções estaduais. São elas que fazem a seleção e a disciplina dos advogados e fixam as anuidades, no seu âmbito. O Conselho Federal funciona como uma federação nacional de OABs, e as Subseções, que não têm personalidade jurídica própria e estão vinculadas às Seções estaduais, dão capilaridade à instituição.

As Caixas de Assistência dos Advogados são o braço assistência e de benefícios da entidade e as OABPrevs cuidam do futuro dos advogados e de suas famílias, oferecendo planos de previdência com custos subsidiados.

A OAB Paraná tem 87 Conselheiros Estaduais, dentre os quais os seis membros da Diretoria e seis Conselheiros Federais. Além do Conselho Pleno, a Seccional delibera por meio das Câmaras Especial, de Seleção, de Disciplina e de Direitos e Prerrogativas. O Tribunal de Ética e Disciplina é integrado por 119 membros e está dividido em turmas espalhadas por 8 cidades. Contamos, ainda, com a Ouvidoria-Geral, Corregedoria-Geral e a Escola Superior da Advocacia. As Comissões têm o importante papel de assessorar a Diretoria e o Conselho Seccional nos temas de suas especialidades. Temos, ainda, 49 Subseções, com suas respectivas estruturas.

No Paraná, são ao todo mais de 3 mil advogados e advogadas exercendo essas funções voluntariamente, sem qualquer remuneração ou verba de representação. Aqui você pode ver quem são esses profissionais.

Organograma 2023



Comissões da OAB Paraná

As Comissões são órgãos de assessoramento da Diretoria e do Conselho Seccional no cumprimento de seus objetivos institucionais, organizadas por competência temática. Elas podem realizar eventos, projetos e ações, criar grupos de estudos, grupos de trabalho e grupos de discussões permanentes, com finalidade de fomentar o estudo e o posicionamento acerca de tema afeto à Comissão, bem como o aprimoramento técnico e produção científica, estimulando a formação das comunidades abertas de debates de temas de interesse para a advocacia e para a sociedade. As comissões realizam eventos com o objetivo de fomentar os temas relacionados e aprimorar o conteúdo jurídico.

Pela primeira vez, em 2022, a OAB Paraná publicou edital de abertura de inscrição para participação nas comissões temáticas da instituição, os quais serão publicados a cada semestre, tornando o processo mais transparente e democrático.

A composição das 75 comissões está limitada a 230 membros, reservados os membros consultores. A escolha dos membros é feita por ordem de inscrição.

Até 2022, 11.321 profissionais atuavam voluntariamente no sistema OAB Paraná – 6.961 advogados nas comissões da seccional e outros 4.360 que atuam nas subseções.

Regi mento

Também de forma inédita, em 2022, foi incluído no Regimento Interno das Comissões determinação para que as propostas das Comissões estivessem alinhadas com os ODS e com os Princípios do Pacto Global, conforme consta do artigo 26 do Documento:

“Art. 26. As Comissões devem, obrigatoriamente, estipular metas e propostas para a Comissão, sendo necessário que conste, ao menos uma das ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) difundidos pelo Pacto Global, bem como o planejamento anual das reuniões ordinárias, que deverá ser enviado à Secretaria do Setor de Comissões, por e-mail ou protocolo eletrônico, com informação de data, horário e em qual formato (presencial ou virtual), cuja preferência será observada por ordem de envio, a fim de possibilitar as convocações formais.”

Ações em Pro do Pacto Global e engajamento

A partir da adesão ao Pacto Global, a OAB Paraná criou em 2017 a Comissão do Pacto Global, reafirmando o seu comprometimento em contribuir com esta pauta da sustentabilidade. Neste sentido, a Comissão vem se dedicando a promover diversas atividades, visando colaborar com um amplo engajamento, fundamental para a difusão desta importante agenda global. Com isso, demonstra o relevante papel da advocacia na construção de um país que respeita a sua Constituição e as normas e diretrizes internacionais.

A existência desta Comissão contribui para:

- Promover os 10 princípios do Pacto Global e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, sensibilizando a comunidade jurídica e a sociedade em geral sobre a importância da adoção de práticas sustentáveis, tanto coletivas como individuais;
- Engajar advogados, advogadas, colaboradores, parceiros e a sociedade em geral na implantação de ações e práticas que busquem o respeito aos direitos humanos, que estimulem melhores relações de trabalho, que desenvolvam um meio ambiente sustentável e que combata a corrupção;
- Agir como facilitadora para o alinhamento das ações internas e externas da Ordem dos Advogados aos 10 princípios do Pacto Global e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Manter e ampliar as atividades voltadas para a sensibilização e o engajamento relativos aos Princípios do Pacto Global e/ou dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

- Contribuir com o alinhamento das ações já existentes da OAB/PR aos Princípios do Pacto Global e/ou aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

- Propor novas ações para alinhamento da OAB/PR e da advocacia aos Princípios do Pacto Global e/ou aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Contando com 65 membros, a Comissão realiza reuniões ordinárias mensais, onde são tratados assuntos da pauta entre os membros, bem como são promovidos estudos sobre as temáticas afetas ao tema. Em cada reunião, é realizada uma palestra com uma pessoa interna ou externa, convidada para falar sobre um tema específico dentro do recorte do Pacto Global.

E, para ampliar a sensibilização e engajamento da advocacia paranaense, em especial, passou a contar, em 2022, com grupos de trabalho (GTs), visando uma maior cooperação e união de esforços para colaborar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

São eles:

GT Grupo de Estudos: Busca gerar engajamento por meio do estudo e difusão de conhecimento para a comunidade jurídica, incluindo profissionais, estudantes e interessados em geral, por meio de encontros remotos visando divulgar os princípios do Pacto Global e a Agenda 2030. No ano de 2022 realizou 12 (doze) encontros, com a participação especial da advogada e professora

universitária Maria da Gloria Colucci - com duração de uma hora cada - buscando sempre dialogar com um dos 17 ODS. No ano de 2023, o GT continua a realizar encontros, com temáticas que perpassam por problemas atuais, como: síndrome de Burnout, discriminações no âmbito do trabalho e a implementação da legislação que trata sobre proteção de dados (LGPD).

O Grupo de Estudos também possui como objetivos específicos:

(i) o exame de Documentos Internacionais de promoção do desenvolvimento sustentável e acesso aos direitos pela população; (ii) estudo dos direitos fundamentais sociais e a participação dos cidadãos na promoção da igualdade de acesso ao exercício destes direitos, a partir dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (iii) a reflexão sobre as contribuições da OAB à promoção de políticas públicas em defesa e acesso aos direitos sociais conforme o Texto Constitucional (art. 6º, CF).

GT ESG : Investido em realizar reuniões, palestras, eventos, cursos e elaboração de materiais sobre diversos aspectos do ESG.

Em 2022, o GT ESG realizou, em conjunto com a Comissão de Advocacia Corporativa e a Comissão de Direito Ambiental, o I Congresso Jurídico ESG, que contou com 112 participantes.



As reuniões mensais do GT ESG são realizadas em conjunto com o GT ESG da Comissão de Direito Ambiental, e contam com o total de 52 membros.

GT Engajamento e Acompanhamento de Escritórios de Advocacia: Sua missão é manter contato com escritórios de advocacia integrantes da RBPG, mobilizar e acompanhar novas adesões.

GT COE: Incumbido de elaborar a terceira edição do COE (2023).

GT Livros e Simpósio: Responsável por organizar e lançar a terceira edição do livro da Comissão sobre sustentabilidade corporativa e realizar um Simpósio com os temas Pacto Global, Agenda 2030 e Advocacia.

GT Portal de Boas Práticas: Destinado a acompanhar a criação e manutenção do Portal de Boas Práticas, plataforma em elaboração para o fim de divulgar iniciativas sustentáveis realizadas pela OAB e pelas sociedades de advogados.

GT Campanha ODS: Promover a segunda edição da Campanha ODS, a qual busca maior engajamento interno, assim como interação com outras Comissões e Seções da OAB no interior. Visando fomentar e reconhecer boas práticas inovadoras pela advocacia paranaense, o concurso é aberto a todas as subseções e comissões da seccional, com o objetivo de difundir os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU e as práticas ESG.

GT Acompanhamento Legislativo e Políticas Públicas/Parcerias: Visa o acompanhamento e eventual proposição de projetos de lei e de políticas públicas de promoção da democracia participativa, bem como o fomento à interlocução e atuação conjunta da Comissão do Pacto Global com as demais comissões e subseções da OAB Parana para a o mesmo fim.

GT Criação de Conteúdo: Responsável por alimentar nossas redes sociais com informações sobre os ODS, Pacto Global e iniciati-

vas realizadas pela Comissão, para o fim de multiplicar o conhecimento à toda a sociedade.

Além disso, como destaque, a Comissão participa de diversos outros projetos em parceria com outras comissões, como o Comitê de Competitividade do Estado do Paraná, participará com 3 painéis relacionados ao tema na Conferência Estadual da Advocacia de 2023, contribui e participa em eventos de outras instituições e de outras Comissões, participa do Projeto OAB Escolas entre outros. (vide: <https://www.oabpr.org.br/em-abril-projeto-oab-nas-escolas-leva-informacao-sobre-direito-e-previdencia-a-novas-comunidades/>).

Todas essas ações estão relacionadas diretamente com a divulgação e aplicação dos ODS, além de convocar a comunidade de advogados paranaenses a agir em conformidade com os 10 princípios do Pacto Global.

Legados Autorais da OAB/PR

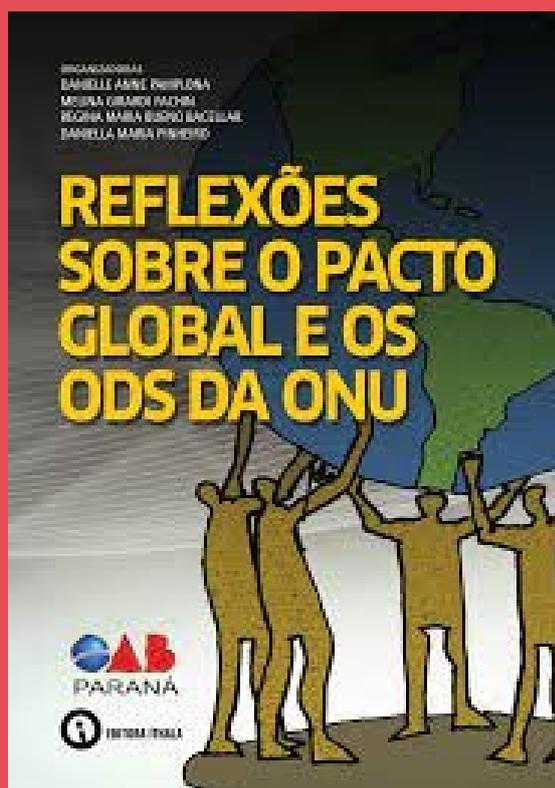
A comissão do Pacto Global com a finalidade de engajar e produzir conteúdo científico sobre o tema publicou dois livros, com artigos de vários autores cujo tema principal são os ODS e o Pacto Global.

A primeira publicação foi em 2018, com o título " Reflexões sobre o Pacto Global e os ODS da ONU, seu conteúdo está disponível gratuitamente no site da OAB.

A segunda publicação foi em 2020, com o título "Novas reflexões sobre o Pacto Global e os ODS da ONU", seu conteúdo está disponível gratuitamente no site da OAB.

Em 2023 foi lançado novo edital, para a publicação da terceira edição ocorrer em 2024.

A produção jurídico-científica é um importante mecanismo de sensibilização e engajamento da comunidade jurídica, que abrange não só os advogados, mas o Poder Judiciário como um todo.





Operações aos
Dez Princípios
universais nas
áreas de Direitos
Humanos, Trabalho,
Meio Ambiente e
Anticorrupção Int-
erno

Direitos Humanos

Defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça, pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas em prol de toda a sociedade compõe a Missão da OAB/PR.

Realizando inúmeras atividades por meio do trabalho voluntário dos advogados, advogadas, e renomados consultores das diversas Comissões, assim a OAB/PR oferece espaço para o desenvolvimento de uma inteligência sustentável, promovendo a disseminação dos 10 princípios do Pacto Global junto à comunidade jurídica e contribuindo com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 na sociedade.

São um total de 21 Comissões, aproximadamente, que tratam diretamente de temáticas afetas aos Direitos humanos:

COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

COMISSÃO DAS MULHERES ADVOGADAS

COMISSÃO DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE CRIME

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

COMISSÃO DE DIREITO À SAÚDE
COMISSÃO DE DIREITO DAS FAMÍLIAS
COMISSÃO DE DIREITO DO CONSUMIDOR
COMISSÃO DE DIREITO DO TRABALHO
COMISSÃO DE DIREITO E LIBERDADE RELIGIOSA
COMISSÃO DE DIREITO SISTÊMICO
COMISSÃO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO
COMISSÃO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS
COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO
COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COMISSÃO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO DO PACTO GLOBAL
COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Contando, ainda, com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos para uma atuação pujante no avanço da pauta dentro do Estado do Paraná de diversas maneiras.

Buscando realizar internamente as mudanças que propõe, a instituição realiza atendimentos oriundos do público externo e de advogados que buscam o Tribunal de Ética e Disciplina, e muitos deles são direcionados ao Serviço Social que acolhe as demandas e auxilia as pessoas que buscam na OAB/PR um refúgio para que seja assegurado algum de seus direitos enquanto cidadão.

De janeiro/2023 a abril/2023 foram realizados 172 atendimentos presenciais, sendo que 139 demandas decorriam de pessoas das comunidades do entorno (não advogados) e 20% das situações tratadas não eram de atribuição da OAB/PR, mas foram encaminhadas aos locais específicos de cada demanda, sendo este um im-

portante serviço de impacto prestado à comunidade local onde a instituição está inserida.

Trabalho



ODS 3 - SAÚDE MENTAL

A OAB/ PR possui uma preocupação antiga com a Saúde Mental dos Advogados e Advogadas, que são profissionais suscetíveis a desenvolver ou desencadear doenças mentais como: o transtorno de ansiedade, transtorno do pânico, depressão, e síndrome de Burnout.

É inerente à profissão lidar com a dor ou recursos dos outros; sentimentos de medo, ansiedade e incerteza no futuro, além da tendência ao sedentarismo.

A fim de estabelecer um olhar para a prática da advocacia e a necessidade de apoio aos profissionais, a OAB/PR possui algumas iniciativas voltadas à qualidade de vida e bem estar da classe. Através da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná (CAA-PR) - que é um braço da OAB Paraná - são ofertados diversos benefícios dentro do programa Saúde em Foco da Caixa dos Advogados, que estimula a prática de atividades físicas e culturais para os advogados, sendo que muitas das quais são estendidas aos colaboradores da instituição, a fim de possibilitar mais saúde e qualidade de vida à advocacia paranaense e aos empregados da instituição.



Com suas iniciativas a OAB/PR está contribuindo diretamente com as metas 3.4 e 3.5 do ODS 3, da Agenda 2030, que visam promover a saúde mental e o bem-estar, prevenir o suicídio - alterando significativamente a sua tendência de aumento, e reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso e dependência de substâncias químicas.

A Comissão de Gestão e Empreendedorismo da OAB/PR desenvolveu, em 2023, o Workshop “Advocacia Sustentável e Produtiva - ESG Como Fator de Colaboração no Trabalho: Resultados Excepcionais, Equipes Confiantes, Comunicação, Segurança Psicológica”. O evento promoveu a saúde e bem-estar das pessoas e das equipes de trabalho (ODS 3), haja vista os alarmantes dados divulgados sobre a saúde mental na advocacia, com o uso das ferramentas da Cultura da Paz e Justiça Restaurativa (ODS 16), explorando técnicas de comunicação como letramento emocional, escuta ativa, empatia e gestão de conflitos.

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

A OAB/PR se destacou na comunidade jurídica, no ano de 2022, ao eleger pela primeira vez na



história uma presidente mulher. Desde então, esta instituição é liderada pela advogada Dra. Marilena Winter. Ademais, a Ordem paranaense com alta representatividade feminina entre os seus colaboradores.

Do total das 356 pessoas que trabalham na instituição, 257 são do sexo feminino e 99 do sexo masculino, sendo a representatividade feminina de 72% do quadro total dos colaboradores.

E, dos cargos de liderança, 66,66% são conduzidos por mulheres, de modo a contribuir com a meta 5.5 do ODS 5, que visa o aumento na proporção de mulheres em posições gerenciais.

No mês de setembro de 2023 a OAB/PR realizou a III Conferência Estadual das Mulheres Advogadas. O evento foi promovido pela Comissão das Mulheres Advogadas (CMA) e promoveu um amplo debate acerca da advocacia, observando as questões de gênero, exercício da profissão, avanços e retrocessos.



As entidades signatárias do Grupo Interinstitucional de Estudos sobre Igualdade de Gênero - no Sistema de Justiça do Estado do Paraná, assinaram no evento o documento de renovação da parceria e divulgaram as ementas conclusivas elaboradas a partir dos trabalhos de 2021 e 2022.

Confira as ementas:

REUNIÃO EXPOSITIVA. GRUPO INTERINSTITUCIONAL. DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTIMICA. DISCRIMINAÇÃO COM BASE NO GÊNERO. “Promover, no âmbito de todas as instituições que integram o sistema de justiça, o olhar crítico a respeito dos julgamentos automatizados, para que estes não reproduzam em suas fórmulas matemáticas vieses discriminatórios, de modo a evitar que decisões despersonalizadas intensifiquem desigualdades e assimetrias presentes em nossa sociedade” (Grupo Interinstitucional de Estudos sobre Igualdade de Gênero no Sistema de Justiça do Estado do Paraná, referente ao encontro de 29/01/2021, aprovada em 02/09/2022).

REUNIÃO EXPOSITIVA. GRUPO INTERINSTITUCIONAL. MULHERES, LIBERDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO. “Cabe a todas as instituições integrantes do Grupo Interinstitucional de Estudos sobre Igualdade de Gênero do Sistema de Justiça do Estado do Paraná promover ações e iniciativas de formação e abordagem da diversidade sexual e de gênero”. (Grupo Interinstitucional de Estudos sobre Igualdade de Gênero no Sistema de Justiça do Estado do Paraná, referente ao encontro de 30/07/2021, aprovada em 24/03/2023).

REUNIÃO EXPOSITIVA. GRUPO INTERINSTITUCIONAL. ASSÉDIO MORAL E SEXUAL. “Assédio e discriminação são inaceitáveis e demandam reação coletiva. É fundamental compreender a organização do trabalho e as formas de gestão que degradam as relações de solidariedade, produzem competição e desencadeiam condutas individualizadas de assédio e discriminação, considerando a existência

de estruturas sólidas de produção e reprodução de violência, propícias a proliferarem em ambiente de trabalho, inclusive no setor público.” (Grupo Interinstitucional de Estudos sobre Igualdade de Gênero no Sistema de Justiça do Estado do Paraná, referente ao encontro de 27/08/2021, aprovada em 24/03/2023).

REUNIÃO EXPOSITIVA. GRUPO INTERINSTITUCIONAL. MULHERES NEGRAS E INTERSECCIONALIDADES. “É fundamental o cumprimento, por parte das Instituições, das medidas previstas pela Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmada pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013, e internalizada com status de norma constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 1, de 18 de fevereiro de 2021, aprovado pelo Congresso Nacional, e do Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022, com especial atenção à intersecção raça/gênero. (Grupo Interinstitucional de Estudos sobre Igualdade de Gênero no Sistema de Justiça do Estado do Paraná, referente ao encontro de 08/07/2022, aprovada em 04/11/2022).

REUNIÃO EXPOSITIVA. GRUPO INTERINSTITUCIONAL. MULHERES IDOSAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA. “Identificar a realidade das mulheres idosas e com deficiência, sejam elas usuárias ou integrantes do Sistema de Justiça, com objetivo de atender adequadamente suas pretensões e contribuir com a progressiva remoção das barreiras que impedem seu acesso à justiça ou o exercício de suas atribuições de maneira igualitária e digna” (Grupo Interinstitucional de Estudos sobre Igualdade de Gênero no Sistema de Justiça do Estado do Paraná, referente ao encontro de 16/09/2022, aprovada em 04/11/2022).

Além de ser um direito humano básico, a igualdade entre os sexos é um dos pilares para a construção de uma sociedade livre, o que é crucial para acelerarmos o desenvolvimento sustentável.

Empoderar mulheres advogadas a terem voz e espaço diante das mais diversas formas de atuação profissional tem um efeito multiplicador e colabora com o crescimento econômico e o progresso social.

A atual gestão também foi responsável pela criação da Ouvidoria da Mulher Advogada, um projeto cujo escopo é canalizar as denúncias de assédio para encaminhamento aos órgãos competentes (delegacias de atendimento à mulher, centros de referência, Casas da Mulher Brasileira, entre outros). Se a denúncia recebida estiver na esfera de atuação da OAB, como é no caso de violação das prerrogativas profissionais, as medidas serão tomadas no âmbito da seccional por meio da sua Diretoria de Prerrogativas, Comissão de Defesa das Prerrogativas Profissionais e Câmara de Direito e Prerrogativas da OAB Paraná.



ODS 8 - TRABALHO DECENTE

A preocupação da OAB/PR na promoção do trabalho decente se dá por meio de inúmeras iniciativas promovidas pela instituição, em especial pela Comissão do Direito do Trabalho, que trata a pauta e suas transversalidades com advogadas e advogados, contribuindo para que estejam aptos às atualidades e desafios cotidianos das empresas e instituições.

E, internamente, junto aos seus colaboradores, a OAB/PR através do seu pacote de benefícios e práticas de gestão, garante o trabalho digno - com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor - contribuindo com a meta 8.5 do ODS 8 que visa, até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

Para monitorar o impacto de suas práticas de gestão de pessoas na vida dos seus colaboradores realiza, anualmente, Pesquisas de Clima Organizacional, seguindo abaixo o resultado da Pesquisa de Clima de 2023:

81,7% dos colaboradores se sentem fazendo parte da OAB/PR.

88,9% sentem orgulho de trabalhar na OAB/PR.

80,4% dos colaboradores reconhecem que a OAB/PR garante o seu bem estar e qualidade de vida enquanto colaborador.

A OAB/PR acredita na educação e investe na capacitação do seu time interno, possuindo plano anual de capacitação para todos os colaboradores, onde todos têm oportunidades de evoluir em suas funções e aplicar em suas atividades, de forma que o rendimento e a produtividade sejam alcançados mais rapidamente, otimizando tempo em seus processos e evitando stress.

Nos últimos 18 meses, foram investidas 5.827 horas com qualificação, dentro da jornada de trabalho.

Além das atividades de capacitação promovidas e organizadas pelo setor de Recursos Humanos da instituição, que compõem o Plano Anual de Capacitação da equipe interna, a OAB/PR, com o apoio do setor da Escola Superior de Advogados (ESA), oferece oportunidades de aprendizagem por meio de cursos gratuitos para formação e crescimento profissional de todos.

Em 2023, estendeu aos seus colaboradores internos os benefícios da adesão a previdência privada dos advogados e advogadas da OAB/PR, administrados pela Entidade Fechada de Previdência OAB-Prev – PR.



ODS10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Desde 2018, a OAB/PR mantém o Centro de Inclusão e Apoio à Pessoa com Deficiência, com o objetivo de tornar a vida profissional de advogadas e advogados com deficiência possível de ser exercida e com a maior autonomia possível.

O Centro integra o projeto Empregabilidade: inclusão da advogada e do advogado com deficiência na advocacia da OAB Paraná, contando com banco de currículos e acompanhamento do processo de seleção, entrevistas, contratação e também durante o período de experiência de advogados e estagiários PCD nos escritórios de advocacia.

Assim, além de auxiliar na contratação, oferece informações que promovem o rompimento com as barreiras atitudinais, promovendo

a inclusão dos advogados, advogadas e estagiários de Direito com algum tipo de deficiência.

Facilitando a empregabilidade desses profissionais, nos escritórios de advocacia, a OAB/PR contribui com o ODS 10, empoderando e promovendo a inclusão social e econômica, reduzindo as desigualdades entre os profissionais com dos profissionais sem deficiência.

E neste sentido também os escritórios de advocacia podem colaborar, ao disponibilizar vagas de trabalho para os colegas advogados com deficiência.

Merece destaque, também, a publicação da Cartilha de acessibilidade na comunicação, resultante do trabalho dos integrantes da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/ Paraná. (<https://www.oabpr.org.br/wp-content/uploads/2023/09/cartilha-acessibilidade-na-comunicacao.pdf>)

A transformação digital trouxe uma profunda mudança na forma como as pessoas e as organizações se comunicam. Neste novo cenário, a linguagem visual está muito presente no cotidiano das pessoas, onde as informações são transmitidas por meio de fotografias, cards, banners, gráficos, organogramas, ilustrações, etc; ou seja, pelas mais diversas formas de imagens.

Porém, esta nova forma de transmitir conteúdos se tornou uma barreira às pessoas com deficiência visual, que fazem uso de programas leitores de tela – softwares que convertem conteúdos em textos exibidos na tela do computador e dispositivos móveis em áudio – pois não processa os conteúdos de imagens.

A solução para a quebra desta barreira é transformar o que é visual em texto, descrevendo o conteúdo da imagem e, com isso,

permitir a leitura pelos programas leitores de tela e outros recursos de acessibilidade, possibilitando ao usuário com deficiência visual ter acesso à mensagem transmitida por este meio de comunicação.

O objetivo da cartilha é auxiliar a produção de material acessível, nos diversos formatos em que estes se apresentem, listando o passo a passo de como fazer a descrição dos seus conteúdos, bem como conscientizar sobre a importância da acessibilidade na comunicação, para que todas as modalidades de comunicação utilizadas pela OAB, ESA e CAA no Estado do Paraná sejam acessíveis às pessoas com deficiência visual.

A Comissão da Advocacia Corporativa da OAB/PR desenvolveu, no ano de 2023, dentro do chamado “Projeto Chama”, a Cartilha de Boas Práticas de Diversidade e Inclusão, para distribuição gratuita e de forma eletrônica pelo site da OAB.

A Cartilha foi elaborada com apoio de pessoas com notório conhecimento de causa por pertencer aos respectivos grupos, bem como com a participação e debate com todas as Comissões temáticas envolvidas diretamente: COMISSÃO DAS MULHERES ADVOGADAS DA OAB/PR | COMISSÃO DE DIREITO E LIBERDADE RELIGIOSA DA OAB/PR | COMISSÃO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA OAB/PR | COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL DA OAB/PR | COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA OAB/PR | COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DA OAB/PR | COMISSÃO DO PACTO GLOBAL DA OAB/PR.

O projeto Migração, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho



(Sejuf) e com apoio de diversas outras instituições, realizou, em 2022, evento na Praça Santos Andrade, em Curitiba, com o objetivo de prestar serviços a migrantes e refugiados que estão no Paraná atualmente.

A programação do projeto incluiu atendimentos relacionados a benefícios assistenciais; proteção à mulher, ao idoso e às crianças; regularização de documentos, entre outros. Também foram realizadas apresentações culturais e uma feira de empreendedorismo voltada aos migrantes.

Meio ambiente

A preocupação da OAB/PR com o Meio Ambiente não é tratada de forma diferente das demais áreas de atuação envolvidas pelos Princípios do Pacto Global. A direção de suas ações e desenvolvimento inclui a proteção do meio ambiente em seus processos decisórios.

ODS 7 - ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA

O projeto mais recentemente implantado pela instituição foi a instalação de 11 (onze) usinas de energia solar fotovoltaicas na sede da OAB/PR, em Curitiba, e em outras 10 (dez) subseccionais.



LOCALIDADE	POTÊNCIA (kWp)	QTD. DE PAINÉIS (kWp)	POTÊNCIA (kW)	QTD. DE INVERSORES
Curitiba Seccional	105,45	190	75	4
Londrina	96,57	174	69	3
Maringá	84,36	152	60	2
Arapongas	24,42	44	18	2
Guaíra	33,3	60	24	3
Francisco Beltrão	65,49	118	47	3
Ponta Grossa	79,365	143	57	4
Rio Negro	2,22	4	3	1
Guarapuava	6,66	12	5	1
Jacarézinho	3,885	7	3	1
Araucária	56,61	102	40	5
Totais	558,33	1006	401	29

Em que pese o Brasil ser conhecido por ter uma matriz energética preponderantemente de energias renováveis, a maior parcela da matriz energética é decorrente da energia hídrica, que está suscetível aos ciclos hidrológicos. Assim, nos períodos de seca, muitas vezes usinas termelétricas precisam ser acionadas e, conseqüentemente, aumentam a parcela de emissão de dióxido de carbono (CO₂) proveniente da geração de energia.

Para o projeto implantado pela OAB/PR é estimada uma geração anual equivalente a 751.740 Kwh, equivalente a mais de 350 toneladas de CO₂, ou cerca de 1.423 árvores cultivadas anualmente. Além de contribuir com a questão ambiental, o projeto resultará em uma economia para a instituição de 65% na fatura de energia. Valor este que poderá ser investido em outras ações e atividades desenvolvidas pela Instituição, que beneficiarão a sociedade como um todo.

Importante mencionar que, durante a sua operação, os sistemas fotovoltaicos instalados serão objeto de monitoramento constante para garantir o seu funcionamento pleno. O último período de monitoramento, realizado de 05/23 a 08/23, confirmou a redução prevista no projeto:

Resumo | Resultado Financeiro Mensal

Média (antes)	Média (depois)	Economia
R\$ 64.266,30	R\$ 21.197,87	R\$ 43.068,43

- Média (antes): 12/21 a 02/22
- Média (depois): 05/23 a 08/23

- Economia de 67%

Mais do que um benefício financeiro, este projeto demonstra o compromisso da OAB/PR com a transição energética para fontes renováveis e a modernização do sistema de geração de energia, de forma a contribuir com a resiliência da matriz energética renovável no país, alinhando-se ao ODS 7.

Além da questão relacionada à transição energética, a OAB/PR desde 2018 promove ações e disponibiliza locais para o correto recolhimento e destinação de resíduos eletrônicos que exigem descarte especial, dentre eles, aparelhos de som, de fax, aquecedores, aparelhos de ar condicionado, baterias de celular, cabos, carregadores, computadores e outros equipamentos eletrônicos. Desde maio de 2023, a OAB/PR disponibilizou espaço permanente em sua sede para coletas destes resíduos.

Mais do que atuar como exemplo de prática e ações sustentáveis, a OAB/PR é palco que disponibiliza o espaço e incentiva debates que têm como finalidade a melhoria das relações que envolvem o meio ambiente.

A Comissão de Direito Ambiental, por meio dos seus Grupos de Trabalhos, é uma ferramenta que reúne advogados, advogadas e outros operadores do direito, de diferentes setores, para tratar de temas relacionados à matéria.

Dentre os produtos e resultados destas reuniões e trabalhos periódicos estão:

- Livro sobre o Panorama da Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua Aplicação no Estado do Paraná, previsto para agosto de 2024;
- Cursos de capacitação para profissionais que atuam na área de direito ambiental e resíduos sólidos, com lançamento previsto para janeiro de 2024;
- Curso sobre sustentabilidade acústica, desenvolvido em 2022;
- Eventos periódicos para debates de assuntos cotidianos rela-

cionados ao direito ambiental (resíduos sólidos; licenciamento ambiental; relações institucionais entre órgãos públicos e profissionais da iniciativa privada; ESG; e Ruídos).

Anticorrupção

Com relação às ações Anticorrupção, a OAB/PR implementou um Programa de Integridade sob a orientação da Comissão de Estudos sobre Compliance e Anticorrupção Empresarial.

E, desde 2021, implementou o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), sendo certificada desde agosto de 2021 em qualidade de procedimentos de gestão, através do certificado ISO 9001.

Merece destaque a criação do Portal de Compras, bem como a adoção de melhorias no Portal de Transparência, ocorridas entre os anos de 2021 e 2022.

No mesmo período foi criado o Código de Conduta, aplicável a todos os Colaboradores da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraná, Caixa de Assistência, OAB-PREV e Escola Superior da Advocacia. Também referido Código é aplicado aos seus fornecedores, parceiros e o Poder Público, em todos os níveis e autoridades, complementando o Código de Ética e Disciplina da OAB, norma de integridade aplicada aos advogados inscritos na OAB/PR.

Em 2022, o Comitê de Integridade e Processamento da Apuração de Denúncia foi renomeado para Coordenadoria-Geral de Integridade

e Processamento da Apuração de Denúncia, sendo, dentro da estrutura de governança, o órgão responsável por:

- (i) gerir a Política de Integridade da OAB/PR, implantada através de seu Código de Conduta,
- (ii) fortalecer a cultura da integridade e da gestão de riscos;
- (iii) manter atualizadas as normas internas de conduta e ética;
- (iv) disseminar valores éticos, de lisura e justiça impressos na estrutura institucional;
- (v) reduzir a subjetividade das interpretações sobre as normas e princípios éticos, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada agente com os valores do órgão;
- (vi) criar estratégias de comunicação de padrões éticos de conduta;
- (vii) propor, sempre que necessário, ações para o aperfeiçoamento do Programa de Integridade e coordenar sua revisão no período máximo de 2 (dois) anos, contemplando medidas realizadas, em desenvolvimento e novas medidas;
- (viii) realizar a apuração dos reportes de denúncias e evidências realizados por meio do canal de denúncia disponibilizados ao público, apresentando parecer opinativo à Diretoria da OAB/PR.

Também foi revisitado no âmbito da entidade e o seu Canal de Denúncias, passando a ser gerido por empresa terceirizada de modo a dar mais credibilidade e adotar mais profissionalismo para recebimento e tratamento de relatos, o qual pode ser acessado no [link Links para Denúncia - OABPR](#).

No que concerne à conscientização de todas as partes interessadas, cumpre observar que a OAB/PR realiza periodicamente eventos por meio da Comissão de Estudos sobre Compliance e Anticorrupção Empresarial.

Ainda, em 2022, a OAB Paraná implantou o [Programa de Governança e Proteção de Dados](#), visando a aplicação de uma metodologia profissional pautada nas melhores práticas internacionais de tratamento de dados, visando adequar todos os seus processos que envolvem o uso de informações pessoais às diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Nesta primeira fase, serão realizados o mapeamento dos dados, o diagnóstico e a matriz de riscos. Depois, serão implementadas as políticas necessárias e os planos de ação.

Como parte desta ação, foi lançada uma [Cartilha de Privacidade de Proteção de Dados](#) voltada aos colaboradores da entidade. Com informações objetivas apresentadas de maneira didática, o conteúdo explica o que é a Lei Geral de Proteção de Dados e quais são seus objetivos.

Portal da Transparência

A transparência na gestão, mais do que um compromisso da OAB Paraná, é uma demonstração de respeito aos advogados, estagiários e à sociedade em geral.

No Portal da Transparência, estão à disposição informações relevantes sobre as contas da Seccional, contratos vigentes e pessoal. O menu principal está dividido em Institucional, Financeiro, Contratos e Convênios, Patrimônio, Pessoal, Projetos Especiais, Dúvidas Frequentes, Glossário Contábil e Contato.

No menu "Institucional" estão demonstradas as estatísticas do sistema de informação gerencial e os links de acesso das divisões do Sistema OAB.

Ainda que não obrigada legalmente, a OAB apresenta as "Demonstrações Financeiras" a partir de 2013, contendo, nas anuais: balanço, DRE, mutações do patrimônio, fluxo de caixa, parecer da auditoria com notas explicativas e quadro sintético de despesas e receitas; e nas trimestrais: balancete, DRE, mutações do patrimônio e fluxo de caixa.

No item "Orçamento" estão, em relação aos exercícios encerrados (a partir de 2013), o orçado e o realizado; e no exercício vigente o orçamento anual e o realizado por trimestre.

O item "Compartilhamento de Anuidades" traz informações sobre como a anuidade paga pelos advogados é dividida no sistema OAB e a "Regularidade Fiscal" apresenta as certidões negativas da OAB/PR, que atestam a regularidade fiscal da entidade.

O menu "Contratos" traz relatório de contratos vigentes, contendo informações sobre as partes, o objeto resumido, a data do contrato e sua vigência e o valor, sendo possível visualizar a imagem dos documentos. Na aba "Inadimplência" há um relatório

de inadimplência por subseção. Em “Pessoal” estão demonstradas as despesas com pessoal (folha, encargos e benefícios) total e por subseção, o quadro de funcionários, por lotação e função e a relação de salários base por função. Por meio da função “Contato” é possível dirimir dúvidas, fazer críticas e sugestões e solicitar informações complementares.

Também em 2022, centenas de pessoas se concentraram na Praça Santos Andrade, em Curitiba, para o evento “Caminhada pela paz na Ucrânia”, promovida pela OAB Paraná, pela Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná (CAA-PR) e pela Representação Central Ucrâniano-Brasileira (RCUB), com apoio do governo estadual e do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).



Mensuração de resultados

- Aumento do número de participantes do Pacto Global na esfera jurídica. Em fevereiro de 2019, tínhamos 27 escritórios de advocacia signatários em todo o Brasil. Hoje, temos 25 somente no Paraná.
- Aumento do número de advogados e advogadas envolvidos com a questão dos ODS, em todos os eventos realizados os ODS foram mencionados.
- A realização das Campanhas ODS envolveram mais de 350 advogados e advogadas para elaboração de projetos em prol da Agenda 2030.
- De janeiro/2023 a abril/2023 foram realizados 172 atendimentos relativos às ações de Direitos Humanos.
- A gestão da OAB/PR implementou ações que dignificam o trabalho prestado pelos colaboradores, fomentando o ODS 3, ODS 5, ODS 8, ODS 10 e ODS16;
- O ODS 7 foi priorizado, com a instalação de onze usinas de energia solar fotovoltaicas na sede da OAB/PR, em Curitiba, e em outras dez subseccionais.
- Implementação de um Programa de Integridade sob a orientação da Comissão de Estudos sobre Compliance e Anticorrupção Empresarial, em conformidade com o ODS 16.

A OAB/PR tem consciência do seu peso social, não só na advocacia, mas para a sociedade paranaense em geral. Diante disso, vem integrando os princípios do Pacto Global, as ações em prol dos 17 ODS da Agenda 2030 ao seu dia-a-dia. Ainda, há uma grande missão pela frente, mas o comprometimento e a motivação já estão inseridos no propósito da atuação institucional.

“Acredito que temos uma responsabilidade não apenas com nossos contemporâneos, mas também com as gerações futuras - uma responsabilidade de preservar os recursos que pertencem a eles e a nós, e sem os quais nenhum de nós pode sobreviver.”

KOFI ANNAN

Secretário Executivo das Nações Unidas

COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO PARANÁ
GESTÃO 2022/2024

Presidente: Marilena Indira Winter

Vice-Presidente: Fernando Deneka

Secretário-geral: Henrique Gaede

Secretária-geral adjunta: Roberta Santiago

Diretor-tesoureiro: Luiz Fernando Casagrande Pereira

Diretora de prerrogativas: Marion Bach

Diretora da Jovem Advocacia: Fernanda Valério

ORGANIZADORES, REDATORES E COLABORADORES MEMBROS DA COMISSÃO DO
PACTO GLOBAL

Luciane Maria Trippia - Presidente

Camila Kososki Lucchese - Vice-presidente

Fernando Gouveia - Secretário-geral

Fabiane Bessa - membro

Fernando Henrique Zanoni - membro

Izabella Cristina Alonso Soares - membro relatora

Luiza de Araujo Furiatti - membro relatora



PARANÁ

 | COMISSÃO
DO PACTO GLOBAL